

# Desafios do carbono e do desenvolvimento no Brasil<sup>1</sup>

Lucien Belmonte<sup>2</sup>

Janaina Donas<sup>3</sup>

André Passos<sup>4</sup>

Muitos países largaram na frente e perseguem suas metas de descarbonização de forma integrada com as estratégias de crescimento. A ideia é otimizar a produção e emitir cada vez menos gases de efeito estufa. Competitividade com o menor impacto ambiental é o que todos buscam, mas para isso é preciso articulação e transparência. A indústria brasileira está engajada, mas com grande preocupação.

O debate sobre a descarbonização deve ser pautado por um entendimento mútuo entre governo e setor produtivo para conciliar ambições climáticas e crescimento econômico. Assim, poderemos garantir que o país cumpra os compromissos ambientais e fortaleça a economia. Um ambiente de diálogo e cooperação é fundamental para alcançarmos tal resultado.

Ao firmar um compromisso bastante ambicioso referente ao Acordo de Paris, o Brasil estipulou metas de redução de emissões de 48% até 2025 e 53% até 2030. Na véspera da COP29, o governo divulgou novas metas, com o compromisso de reduzir as emissões de 59% a 67% em 2035, mantendo a neutralidade climática até 2050. Na época da definição das metas anteriores, a discussão com o setor produtivo foi insuficiente. Deixou muitas dúvidas sobre a viabilidade e o impacto econômico de tais compromissos. Cabe lembrar que somos o único país em desenvolvimento que se comprometeu com tamanha rigidez. A China prometeu neutralidade para 2060 e a Índia, para 2070.

As novas metas brasileiras são ainda mais ambiciosas, dada a urgência com que devemos enfrentar as mudanças climáticas, e também porque nem o Brasil nem o mundo atenderam às expectativas. O resultado alcançado foi pequeno diante do que o planeta necessita. Portanto, este é um bom momento para uma avaliação rigorosa das capacidades de cada setor e para a definição do suporte necessário que as autoridades devem prover. Afinal, os setores mais intensivos em emissão de gases de efeito estufa estão mesmo comprometidos com as metas climáticas? A indústria brasileira - responsável pela menor parte das emissões - está comprometida de forma realista.

Os compromissos devem ser pautados na intensidade das emissões e precisam respeitar as particularidades setoriais. Assim, as operações crescerão de forma sustentável. Processos industriais e consumo de energia representam só 10% do total de

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/desafios-do-carbono-e-do-desenvolvimento-no-brasil.ghtml>

Acessado em 18.11.2024

<sup>2</sup> Presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro).

<sup>3</sup> Presidente-executiva da Associação Brasileira do Alumínio (Abal).

<sup>4</sup> Presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

emissões no país, enquanto mudança de uso da terra e agropecuária respondem por 74%, como mostram os estudos divulgados recentemente. Está na hora de consolidar a premissa de que a redução das emissões deve ocorrer de forma proporcional, justa e criteriosa. A indústria leva a sério não apenas a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), mas todo o escopo da governança climática, uma vez que atua o tempo inteiro sob a lógica dos licenciamentos ambientais, da regulação, das normas e padrões de qualidade. Os demais setores precisam se acostumar a essa realidade também.

Os segmentos com maior dificuldade para redução de emissões, conhecidos como hard to abate, incluem o cimento, aço, alumínio, vidro, química, papel e celulose, responsáveis por oito a cada dez toneladas de gás carbônico equivalente (CO<sub>2</sub>) emitidas pela indústria. A intensa demanda energética desses segmentos torna a descarbonização um grande desafio, que se agrava com obstáculos regulatórios como a instabilidade da governança do setor energético brasileiro.

Esperamos que as políticas públicas sejam integradas. O Plano Clima deve estar alinhado com a Nova Indústria Brasil (NIB) para evitar conflito de metas e afastar o risco da desindustrialização. A Autoridade Climática tem que sair do papel com a devida base legal e respaldo para atuar de forma técnica e transversal na coordenação de ações junto ao governo federal e outros poderes da República.

A substituição de uma parte significativa das importações pela nacionalização de produtos básicos gerará mais emprego e renda. Alguns setores estimam aumento na atividade industrial entre 50% e 100% até 2050, ano em que o Brasil pretende zerar as emissões líquidas. A NDC precisa estar harmonizada com as metas da neointustrialização e de exportação. Estamos aqui para debater esse ponto de equilíbrio não apenas com o Poder Executivo, mas no Congresso Nacional também.

Uma das grandes preocupações da indústria é que recaiam somente sobre o produto nacional a responsabilidade e o custo da conformidade ambiental, enquanto os importados fazem a festa por aqui e desindustrializam ainda mais nosso país. Nesse contexto, a aprovação do PL 182/2024, que regulamenta o mercado de carbono, é fundamental e precisa incorporar o princípio da isonomia e da justiça regulatória. Garantir que as exigências de descarbonização sejam aplicadas tanto aos produtos nacionais quanto aos importados é uma medida no mínimo coerente com os nossos esforços climáticos e com o equilíbrio da economia, além de fortalecer a posição do Brasil nas negociações internacionais e garantir a participação nesse novo mercado global.

As metas climáticas não foram concebidas para desacelerar o setor produtivo. Ao contrário, a indústria tem toda condição para crescer. Com a recuperação de áreas degradadas, entre outras possibilidades abundantes por aqui, temos a oportunidade de neutralizar emissões, desde que o Brasil tome as medidas necessárias.

A matriz elétrica brasileira é 89% renovável, enquanto a média mundial é 28,7% e a dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é 32,5%. Nosso potencial de reflorestamento é enorme e contamos com um dos maiores mercados consumidores do planeta, tudo de que precisamos para expandir a produção e exportação de produtos verdes. Este será um caminho de prosperidade e protagonismo se nossas autoridades compreenderem isso e conduzirem esse processo com diálogo, participação e critérios claros.

A falta de transparência histórica dos governos brasileiros em relação ao setor produtivo ocorrida até aqui resultou em preocupações quanto à imposição de cortes de produção que ameaçam a atividade industrial e a abertura de postos de trabalho. Por isso, é fundamental que todos tenham acesso às informações sobre a modelagem das emissões e que haja espaço para a indústria participar efetivamente da definição das metas. Um cronograma claro e transparente permitirá que estejamos preparados para as novas exigências.

Não podemos desperdiçar os diferenciais competitivos do Brasil por falta de cooperação

entre todos os setores. A indústria busca uma descarbonização inteligente e sustentável. A concretização desse objetivo depende de todos.